

Sanney

JORNAL DO BRASIL

2 AGO 1986

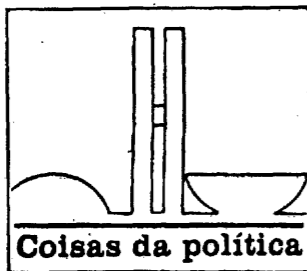
José Negreiros

O voto da classe média

COMO não se conhece político bem-sucedido por ter aumentado impostos em pleno ano eleitoral, há enorme curiosidade para saber que truque foi esse aplicado pelo presidente José Sarney,

ao patrocinar um pacote que, mesmo metendo a mão no bolso do contribuinte, não lhe afetou a gorda popularidade de mais de 80% de aprovação, segundo o IBOPE. Além disso, na semana passada chegaram aos ouvidos do governo resultados

parciais de uma pesquisa dirigida da MPM concluindo que a própria classe média, suposta vítima do tributarismo disfarçado sob o Fundo Nacional de Desenvolvimento, apóia as medidas. Seria um argumento definitivo em favor dos conselhos que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, gosta de dar ao presidente, pregando que o verdadeiro cabo eleitoral do PMDB no dia 15 de novembro será o Plano Cruzado. E não a omissão diante de ajustes necessários à preservação do congelamento, o creme da inflação zero.



Coisas da política

Aqueles que não concordam com o ministro, a quem Sarney costuma acatar na quase totalidade de suas sugestões, reagiram ao segundo capítulo do Cruzado com a mesma indignação com a qual recebiam sem aviso prévio as receitas econômicas de emergência do regime autoritário. A principal característica delas, como agora, sempre foi o rompimento das regras do jogo durante o desenrolar da partida: ontem o turismo externo livre, hoje sobre-taxado; primeiro o ministro recomenda que, a exemplo do consumidor europeu, o brasileiro vá para a fila da concessionária, em vez de pagar ágio pelo carro novo; depois, resolve estatizar o ágio sem direito aos 10% de devolução do sinal para quem acreditou na promessa.

É difícil imaginar que constitua estratégia explícita de um governo agredir a classe média justamente no momento em que ela começava a acreditar, sem remorsos, que a festa do consumo desta vez era para valer. Responsável pela maioria da força produtiva do país, com grande poder de vocalização de seus interesses, responsável pelo funcionamento do mercado interno e detentora de autêntico poder político, a chamada "classe que conta" costuma ser objeto de namoro da parte de qualquer governante, e não de maus tratos. O próprio Sarney, aliás, curvou-se a essa lógica ao contrariar seu ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e autorizar a correção semestral da tabela do Imposto de Renda

na fonte quando a inflação era galopante, coisa que a Secretaria da Receita Federal, casuisticamente, planejava cancelar.

Funaro fez o presidente mudar de opinião munido de uma estatística simples e poderosos argumentos em favor das camadas de baixa renda, segmento da população que tem sido sistematicamente excluído como variável de política econômica. Além de apelar para a fixação que Sarney nutre por programas sociais que incorporem esses brasileiros que habitam o "quinto estrato", o ministro lembrou que as medidas amargas, na verdade, atingiram cerca de 7 milhões de pessoas, proprietárias de 13 milhões de veículos, que passaram a conviver com preços mais caros e não com a proibição de consumir. Se fosse possível consultar a classe média, a ela seria colocada a alternativa de perda de emprego no médio prazo, em virtude da terrível recessão a que o país se exporia no próximo ano para corrigir a euforia de gastos do presente. Do ponto de vista político, isso aconteceria em pleno desenrolar da Constituinte, fato que jogaria razoável poder de combustão sobre um plenário que se projeta agitado por inúmeros temas polêmicos, como a reforma agrária, apenas para citar um deles.

Assessores de Funaro estão convencidos de que fizeram o melhor, preventivamente, e sob inspiração da justiça distributiva porque, tanto no Brasil, como em qualquer moderno país ocidental, está cada vez

mais difícil conciliar democracia e capitalismo. A crise financeira internacional, que trouxe efeitos colaterais responsáveis pela desorganização das economias que funcionam à base de um mínimo de complexidade, tornou os cenários de crise, como o nosso, praticamente ingovernáveis, não fossem os fascinantes decretos-lei e os oportunos "pacotes" corretivos. Por isso, os pais do cruzado não têm remorsos e estão convencidos de que a intervenção do Estado no sentido da organização do desempenho das personagens do enredo econômico é cada vez mais imprescindível, numa situação comparável mesmo a um esforço de guerra. Nesse sentido, o presidente Sarney teria agido imune às pressões pré-eleitorais, voltado exclusivamente para o interesse público.

Para aceitar a tese pós-keynesiana da equipe de Funaro e desprezar completamente a experiência, segundo a qual não se governa de costas para a classe média, será preciso alguém estar convencido de que, quando a vítima é má, o crime é bom, tal como acontece com a crônica policial brasileira em relação aos passionais crimes de honra. E isso é uma coisa que só será respondida no dia 15 de novembro, quando os 80 milhões de eleitores julgarão pela primeira vez o governo Sarney.

José Negreiros é repórter da Sucursal do JORNAL DO BRASIL em Brasília